

# (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente

Capa do livro *Oito à democracia*, de Jacques Rancière, 2014, fotografia (detalhe).



*Arthur Lima de Avila*

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da (UFRGS). Co-organizador do livro *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Letra e Vida/Suliani, 2009. [arthurlavila@gmail.com](mailto:arthurlavila@gmail.com)

## (Re)Politicizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente

(Re)Politicizing the theory of history in times of exception: Hayden White and the critique of the present

*Arthur Lima de Avila*

### RESUMEN

Este ensaio busca discutir algumas possibilidades para uma teoria da história engajada com os problemas de nosso tempo, a partir de certas colocações de Hayden White. Nesse sentido, o texto oferece determinadas perspectivas para – nesta conjuntura que combina a consolidação de racionalidades neoliberais, a ampliação de necropolíticas contra populações específicas e a ascensão de movimentos e modos de governos fascistoídes – um reposicionamento da teoria da história como uma crítica do presente.

**PALABRAS-CLAVE:** teoria da história; Hayden White; crítica do presente.

### ABSTRACT

*This essay seeks to discuss a few possibilities for a theory of history that is engaged with our times problems based on a number of Hayden White's work. Thus, in a context that combines consolidation of neoliberal rationalities, expansion of necropolitics against specific population groups, and ascent of fascist movements and modes of government, the text offers perspectives for repositioning the theory of history as a critique of the present.*

**KEYWORDS:** theory of history; Hayden White; critique of the present.



*El poder y su voluntad, tiene horror al vacío. Lo que no interpretamos nosotros, los harán otros. Y entonces no tendremos derecho ni siquiera a la queja.<sup>1</sup>*

*O mundo e nossa tarefa aumentaram diante de nós, e nós sentimos como se contemplássemos um abismo sem fundo.<sup>2</sup>*

Escrever sobre teoria da história em tempos de exceção talvez pareça uma atividade inócua. Afinal de contas, podem se perguntar alguns, o que ela poderia nos dizer sobre o atual estado de coisas? Seria ela capaz de fazer ou falar algo sobre a situação contemporânea? E, caso a resposta seja negativa, não seria ela uma espécie de excesso, um mero exercício de vaidade intelectual desprovido de qualquer potencial de intervenção nos problemas de nosso presente? Se, finalmente, for esse o caso, então por que deveríamos sequer cogitar a possibilidade de refletir sobre isso, na medida em que poderíamos estar engajados com outras ponderações e, principalmente, ações?

Como a leitora já pode ter inferido, a réplica deste autor a estas questões hipotéticas, que não deixam de ser pertinentes, é a de que, sim, a teoria da história, como uma reflexão sobre as condições subjacentes

<sup>1</sup> GRÜNER, Eduardo. Versiones de Nietzsche, sin Marx ni Freud. In: *Un género culpable: la práctica del ensayo: entredichos, preferencias e intromisiones*. Buenos Aires: Godot, 2013, p. 381.

<sup>2</sup> WILLIAMS, John. *Augustus*. Rio de Janeiro: Rádio Londres, 2017, p. 65.

ao conhecimento histórico, seus limites, possibilidades e usos, além das maneiras como nos relacionamos com nossos passados, pode nos dizer algo sobre o tempo em que estamos vivendo.<sup>3</sup> Se, por um lado, concordo que, por motivos óbvios, ela não é capaz por si só de efetuar mudanças de grande porte (algo que cabe à cidadania organizada politicamente), por outro, penso que sua contribuição às discussões urgentes hodiernas não pode ser subestimada.

Mas, voltando a algumas prováveis objeções ao cerne desse texto, por que então sugerir que Hayden White, a *bête noire* da historiografia disciplinada pode nos ajudar nesse processo? Não teria sido ele um “relativista cético” dedicado a negar o “princípio da realidade” inerente ao conhecimento histórico? Não teria ele retirado qualquer especificidade “científica” à história, transformando-a em simples apêndice da Literatura? Não teria White dado legitimidade a negacionismos de toda ordem ao (supostamente) ter confundido, quando não eliminado, os limites entre fatos historicamente verificáveis e ficções imaginativas? Por fim, não seria o autor de *Meta-história* um “pós-moderno”, uma relíquia de décadas mais inconsequentes, já refutado pelo simples movimento do processo histórico e pelo (alegado) retorno da historiografia disciplinada a posturas (supostamente) mais “realistas” e “críticas”?

Aqui, as respostas são, evidentemente, negativas; não só estas caracterizações do trabalho de White estão simplesmente erradas, em que pese sua permanência em certas leituras contemporâneas<sup>4</sup>, como penso que parte significativa de suas meditações sobre teoria da história, e sobre teoria e história, pode servir como um ponto inicial para pensarmos e escrevermos sobre o problema aqui colocado: em tempos de exceção, qual podem ser os papéis da teoria da história na sua apreensão e compreensão? É este tema, portanto, que tentarei explorar neste ensaio.

## Estações no abismo

Afirmar que vivemos em “tempos de exceção”, crescentes ou consolidados, pode ser arriscado, já que, em boa parte do Ocidente e do Sul global, as instituições democráticas parecem estar funcionando de maneira mais ou menos razoável. Ao contrário, digamos, do período entre guerras na Europa ou dos anos de terror de Estado na América Latina, não estamos testemunhando o advento de regimes explicitamente ditatoriais e assassinos; aparentemente, tudo transcorre naquela normalidade liberal que, segundo a irônica frase de Wendy Brown, nos assegura que “todos somos democratas agora!”<sup>5</sup> Não é isso que nos garantem nossos governantes, ao fazerem suas habituais genuflexões, nem sempre sinceras, aos monumentos dedicados aos mortos de guerras passadas e ao reiteradamente afirmarem seus inquebrantáveis compromissos com os regimes democráticos em seus anátemas contra o “terrorismo” e os “inimigos da democracia”? Quando ocorrem episódios de violência política ou estatal, não vêm eles e elas a garantir que tais ocorrências são “excepcionais” e, por isso, não devem nos causar nenhum temor de que a ordem democrática esteja (prestes) a ser rompida? Deveríamos estar dormindo mais tranquilos, aparentemente.

No entanto, se olharmos para além destas platitudes, podemos perceber que vivemos em um período de “melancólicas desdemocratizações”, segundo Luciana Ballestrin, em diversos países e regiões, dos quais o Brasil, obviamente, é um dos mais significativos.<sup>6</sup> Como consequência, e a despeito

<sup>3</sup> Ver PAUL, Herman. *Key issues in historical theory*. London: Routledge, p. 14.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, a recente intervenção de Enzo Traverso, que, em larga medida, simplesmente replica acriticamente as acusações infundadas e absurdas de Ginzburg contra o trabalho de White. Ver TRAVERSO, Enzo. A escrita da história: entre literatura, memória e justiça. *Revista Maracanan*, n. 17, jul.-dez. 2017.

<sup>5</sup> BROWN, Wendy. We're all democrats now. *Theory & Event*, v. 13, issue 2, 2010.

<sup>6</sup> Cf. BALLESTRIN, Luciana. Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo. Disponível em <[https://www.academia.edu/35243081/P%C3%B3s-democracias\\_no\\_sul\\_global\\_e\\_a\\_melanc%C3%B3lica\\_desdemocratiza%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil\\_contempor%C3%A2neo](https://www.academia.edu/35243081/P%C3%B3s-democracias_no_sul_global_e_a_melanc%C3%B3lica_desdemocratiza%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_contempor%C3%A2neo)>.

<sup>7</sup> Ver RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>8</sup> MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017, p. 27.

<sup>9</sup> Cf. BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

<sup>10</sup> Cf. BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 17, e BUTLER, Judith & SPIVAK, Gayatri. *¿Quién le canta al Estado-Nación?* Buenos Aires: Paidós, 2009, p. 49.

<sup>11</sup> Cf. BROWN, Wendy, *op. cit.*, p. 219.

<sup>12</sup> Ver MEZZADRA, Sandro e RAHOLA, Federico. La condición postcolonial. Unas notas sobre la cualidad del tempo histórico en el presente global. In: MEZZADRA, Sandro & RAHOLA, Federico (orgs.). *Estudios poscoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

da manutenção dos aspectos protocolares da democracia liberal, testemunhamos a privatização do poder político pelo poder econômico, a erosão dos princípios de soberania popular, a obsessão pela “austeridade” como um modo permanente de existência para um sem-número de pessoas, o uso cada vez mais frequente dos aparatos repressivos contra setores específicos da cidadania e o esvaziamento da política em prol de supostas soluções “técnicas” e “não ideológicas” para os problemas que nos acometem; teríamos aqui o “desfazer do *demos*” combinado com a emergência de um “ódio à democracia” cada vez mais acentuado e reproduzido por toda uma sorte de atores sociais – inclusive por aqueles supostamente dedicados à sua manutenção.<sup>7</sup>

De acordo com Achille Mbembe, assim, estes seriam dias de “repopoamento e de globalização do mundo sob a égide do militarismo e do capital e, como derradeira consequência, um tempo que promove a saída da democracia (ou a sua inversão)”.<sup>8</sup> Dito de outro modo, mas ainda seguindo as indicações dadas tanto pelo filósofo camaronês quanto por Brown, a economização de todos os aspectos da vida, individual e coletiva, anda em paralelo com o fortalecimento de necropolíticas que, das mais variadas maneiras, transmutam amplos espectros da população em corpos supérfluos e dispensáveis marcados para trabalhar ou morrer (ou trabalhar até morrer!). Destes, espera-se somente um constante “sacrifício”<sup>9</sup>, esta figura essencial ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se lhes retira o próprio direito ao luto e à reparação pelas violências sofridas, já que estes sujeitos não são necessariamente reconhecidos enquanto tais – vidas que não são vidas, ainda que estejam saturadas de poder, para usarmos duas conhecidas formulações de Judith Butler.<sup>10</sup>

No primeiro caso, através da economização de todas as relações humanas, regidas pela lógica do mercado, o “sacrifício” assume o contorno de demandas feitas à cidadania para que aceite a austeridade como o horizonte de expectativas definitivo de sua existência. Nenhuma outra forma de viver é sequer concebida: somos todos e todas instados a anuir passivamente com a retirada de direitos sociais históricos, o enfraquecimento das redes de segurança social, o enfraquecimento do poder fiscalizador e investidor do Estado e a acatar as chantagens que buscam nos convencer que o único modo de vida é sob a égide do “risco” constante.<sup>11</sup>

Além disso, o neoliberalismo também estimula, no entendimento de Sandro Mezzadra e Federico Rahola, o retorno da “guerra colonial” como uma maneira de organização e delimitação dos limites sociais, repetindo os mesmos padrões de racialização e subalternização engendrados pelas experiências imperiais contemporâneas.<sup>12</sup> Segundo os autores italianos, a antiga divisão entre “colonos” e “colonizados” é transmutada na diferenciação entre classes “trabalhadoras/produtoras” e classes “perigosas”. Se aquelas estão submetidas ao “império da lei” e continuam desfrutando minimamente da segurança estatal, sendo vistas como suas beneficiárias exclusivas, estas são definidas como uma ameaça constante à ordem estabelecida e, por isso, passíveis de supressão de seus direitos mais elementares. Nos termos de Mbembe, à “comunidade de semelhantes” tradicionalmente mantida e fomentada pela democracia, junta-se, então, a “categoria de não-semelhantes”, aqueles e aquelas que estão fora de fato dos limites da coletividade legalmente protegida e contra quem a violência estatal ou paraestatal é considerada sempre legítima. Na avaliação do filósofo camaronês, tal administração do terror consiste, portanto, no “poder de

fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida – gente para quem viver é estar sempre a prestar contas à morte, em condições em que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de espectral, tanto pelo modo como é vivida como pela maneira que acontece”.<sup>13</sup>

Globo afora, esta situação se repete de maneiras diversas, do contínuo extermínio de vidas negras no Brasil e nos Estados Unidos ao reaparecimento do “campo” como um elemento integral da vida política contemporânea, seja nas fronteiras da “Fortaleza Europa” com o “terceiro mundo”, seja em territórios conflagrados, como a Síria, passando pela segregação étnico-racial explícita, caso da Palestina ocupada, e pelo encarceramento massivo de populações específicas – instituições e instrumentos dedicados quase que exclusivamente à “sistemática humilhação de populações inteiras”<sup>14</sup> destinada a manter as atuais estruturas de dominação, por mais heterogêneas que sejam, intactas. No entanto, continuando com as incisivas ponderações de Mbembe, estes processos-acontecimentos, apesar das suas diferenças pontuais, não se gestaram em necessária contradição com a democracia, como gostariam de crer os já mencionados entusiastas do liberalismo; pelo contrário, eles fazem parte do “corpo noturno” dos regimes democráticos (que, lembremos, foram historicamente coniventes com diversas maneiras de espoliação e destruição de coletividades inteiras; basta apenas aqui recordar da democrática Inglaterra vitoriana ou dos Estados Unidos da era Jim Crow) – o que ocorre, entretanto, na atual conjuntura é sua amplificação e sua liberação dos entraves que os constrangeram, ao menos após a segunda guerra:

*Um pouco por todo o lado, o discurso é o da suspensão, da restrição e, até, o da revogação ou da abolição pura e simples – as constituições, a lei, os direitos, as liberdades públicas, as nacionalidades, toda a espécie de proteções e de garantias, até hoje consideradas como adquiridas. [...] Provisório ou não, o processo de saída da democracia e o movimento de suspensão dos direitos, constituições ou liberdades são paradoxalmente justificados pela necessidade de proteger estas mesmas leis, liberdades e constituições.*<sup>15</sup>

Temos aqui, portanto, rupturas democráticas com aparências democráticas, para usarmos a apta expressão de Ballestrin.<sup>16</sup> Em nome da preservação da democracia contra inimigos variados, do “terrorismo” ao “populismo”, o corpo noturno mencionado por Mbembe torna-se progressivamente dominante, especialmente no Sul global – cujo caso do Brasil torna-se paradigmático, na medida em que subsiste uma manutenção protocolar do regime democrático aliada, contudo, a um crescente autoritarismo e a intoleráveis níveis de violência e insegurança social, estimulados e ampliados pelo regime pós-democrático que se seguiu ao questionável, para dizer o mínimo, impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Concomitantemente a isso tudo, também observamos a ascensão de uma “razão neoconservadora” que, se não pode ser confundida com as racionalidades neoliberais, as complementa e legitima, estimulando um ambiente de paranoia política, geralmente baseada em delírios conspiratórios, fundamentalismo religioso, anti-intelectualismo e negacionismos de ordens variadas. O exemplo do Brasil, infelizmente, é igualmente lapidar: na última década, mais ou menos, essa razão neoconservadora se aglutinou em torno de bandeiras como a “Escola sem Partido” e seus desejos de

<sup>13</sup> MBEMBE, Achille, *op. cit.*, p. 64 e 65.

<sup>14</sup> WHITE, Hayden. *The fiction of narrative: essays on history, literature and theory, 1957-2007*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010, p. 323. A noção de “heterogeneidade”, como aqui usada, é de Ernesto Laclau. Ver LACLAU, Ernesto. Why constructing a “people” is the main task of radical politics. *In: The rhetorical foundations of society*. London: Verso Books, 2014, p. 161 e 162.

<sup>15</sup> MBEMBE, Achille, *op. cit.*, p. 67.

<sup>16</sup> Cf. BALLESTRIN, Luciana, *op. cit.*

<sup>17</sup> Lembro os leitores e leitoras dos protestos contra a vinda da filósofa Judith Butler ao Brasil, por conta de seu suposto papel na construção da tal “ideologia de gênero” que tanto assusta alguns setores conservadores e profascistas, bem como das vexatórias tentativas de agressão física contra ela ocorridas em novembro de 2017, durante um seminário promovido pela *Revista Cult*.

<sup>18</sup> Cf. BALLESTRIN, Luciana, *op. cit.*

<sup>19</sup> Cf. BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. *Political Theory*, v. 34, n. 6, dec., 2006.

<sup>20</sup> MBEMBE, Achille, *op. cit.*, p. 69.

<sup>21</sup> Cf. PENA, Fernando. O ódio aos professores. Disponível em <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/odio-aos-professores/>>.

<sup>22</sup> Cf. TRAVERSO, Enzo. Mutations of fascism: an interview with Enzo Traverso. Disponível em <<https://www.versobooks.com/blogs/3112-mutations-of-fascism-an-interview-with-enzo-traverso/>>.

purificação ideológica da educação nacional; no sucesso de interpretações da história brasileira que higienizam e/ou normalizam as violências fundadoras do Estado-nação (a escravidão, por exemplo), expungindo-as de nossa imaginação pública e lhes negando qualquer papel para a compreensão de nosso presente (o que também equivale a uma chancela para certas necropolíticas contemporâneas); no ódio explícito contra determinadas posições e ideologias políticas, ilustradas *in extremis* pela agressão física daqueles e daquelas tomadas como os “inimigos da civilização”, sejam elas filósofas, professoras ou praticantes de credos historicamente subalternizados e perseguidos<sup>17</sup>; e pelo recrudescimento de uma moral religiosa que visa refundar o país em bases claramente fundamentalistas, quando não teocráticas. Como escreveu Ballestrin, o elogio à ignorância e o desprezo por atividades intelectuais se tornam moeda corrente nesta conjuntura de obscurantismo recrudescente.<sup>18</sup> Se nos Estados Unidos, na figuração de Brown, esta combinação gerou um “pesadelo norte-americano”<sup>19</sup>, por estas plagas ela parece estar gestando uma verdadeira catástrofe: o esvaziamento da política, da seguridade social e da democracia fundamental ao sucesso da nova razão do mundo andando de mãos dadas com a intolerância que ameaça tornar-se política de Estado, agora mínimo para garantias e direitos e máximo para a vigilância e o controle social dos “não-semelhantes”: “Com a ajuda da necessidade de mistérios e o regresso do espírito de cruzada, vive-se num tempo mais dado a dispositivos paranoicos, à violência histórica, aos processos de aniquilação de todos aqueles que a democracia tem transformado em inimigos do Estado”.<sup>20</sup>

Dentre os dispositivos paranoides aludidos por Mbembe, podemos mencionar, por exemplo, a articulação dos proponentes destas razões neoliberais e neoconservadoras em torno de espantelhos como “ideologia de gênero”, “genocídio branco/cristão” e “populismo”. Cada um a seu modo, estas expressões, disfarçadas de pretensos conceitos “científicos”, fazem alusões a processos fantasmagóricos que, contudo, são utilizados para legitimar toda uma gama de exclusões e violências, tanto físicas quanto simbólicas; desta maneira, grupos inteiros são transmutados em responsáveis por crimes em larga medida inexistentes: as pessoas LGBT são estigmatizadas como destruidoras da “família tradicional” e predadoras das “nossas crianças”; imigrantes e cidadãos não cristãos e não brancos são alvo de intolerância e ódio extremados; e alternativas a ordem dominante são amplamente deslegitimadas, quando não criminalizadas, por serem “irresponsáveis” em seu “perigoso” “populismo”. Isso tem efeitos ainda mais generalizados, na medida em que intelectuais, áreas de estudo e disciplinas associados a essas “perversidades” se tornam eles e elas próprios alvos de intensa perseguição e das campanhas de “ódio aos professores”, na colocação de Fernando Pena<sup>21</sup>, associados a hipotéticas doutrinações várias. Aqui, portanto, a história, aos olhos de neoliberais e (principalmente) neoconservadores, adquire a estrutura de uma enorme conspiração contra os “bons”, a ser desbaratada, a qualquer custo, por eles, ou de uma luta contínua e incessante entre estes mesmos bons e seus inimigos “bárbaros” – um tipo de imaginação histórica que Enzo Traverso recentemente chamou de “pós-fascista” e que, contudo, não se gesta contra a democracia liberal, mas em seus interstícios ou mesmo em defesa de alguns dos seus aspectos.<sup>22</sup>

De certa maneira, estes fenômenos desnudam tanto a incapacidade da democracia liberal em neutralizar o “paradigma da guerra” moderno



quanto sua convivência com violências de raça, classe e gênero, a despeito de afirmações normatizadoras sobre a “modernidade democrática” que visam justamente ocultar estes processos. Em outras palavras, e aqui (depois de tantas páginas!), começamos a pensar mais especificamente no problema deste ensaio, as ilusões acerca das supostas “diferenças” ou “distâncias” entre nossos presentes e os passados catastróficos dos séculos XIX e XX parecem bastante desmedidas. O “retorno” de horrores supostamente pretéritos é, neste caso, menos um regresso do que uma continuidade, ainda que suas formas possam variar; nosso tempo, já escreveram, cada um a seu modo, Paul Gilroy, Elizabeth Hinton e, Saul Friedlander<sup>23</sup>, ainda é o mesmo que possibilitou, dentre outras coisas, a ascensão dos fascismos, a mortandade industrial, o colonialismo de rapina, a racialização e a desumanização de populações inteiras e, finalmente, o extermínio ideologicamente justificado – um em que “possibilidades extraordinárias”<sup>24</sup> continuam sendo eliminadas a uma velocidade avassaladora. Não quero com isso fazer declarações teoricamente inconsistentes, como aquelas que propõem o “campo de concentração” como o paradigma último da modernidade ou que resumem-na um “estado de exceção” permanente e sem contradições, *qua* Agamben<sup>25</sup>, mas chamar a atenção para o “lado noturno” de nosso tempo – que foi, lembremos, gestado em larga medida pelos terrores que busca constantemente afirmar como “superados”. Em que pese seu inabalável eurocentrismo, que o impedia de ligar a “catástrofe europeia” àquelas do mundo conquistado e colonizado pelos filhos e filhas do Velho Mundo, Theodor Adorno percebera isso já em 1944:

*Seria possível imaginar que aquilo que aconteceu na Europa não tenha consequência, que a quantidade de vítimas não se convertesse em uma nova qualidade da sociedade toda, na barbárie? Enquanto tudo prossegue no golpe e contragolpe, perpetua-se a catástrofe. [...] A lógica da história é tão destrutiva como os homens que ela gera: para onde quer que gravite se reproduz o equivalente do mal anterior.*<sup>26</sup>

A grande questão é, assim, o que fazer com a catástrofe que (continuamente) se perpetua? Como, dentro do que lhe é possível ou cabível, pode a teoria da história nos ajudar a confrontá-la?

## Recuse/resista

Em primeiro lugar, é importante dizer que as reflexões teóricas contemporâneas sobre a necessidade e os usos da história se gestaram à sombra dos acontecimentos-limite do século passado – basta, por exemplo, lembrar dos intensos embates das décadas de 1980 e 1990 sobre os “limites da representação”, as relações entre “história” e “memória” e a possibilidade da historiografia em lidar eticamente com tais eventos.<sup>27</sup> Em certa medida, recuperando Paul Ricoeur<sup>28</sup>, o problema fundamental não se centrava somente em “métodos” ou nos protocolos representacionais dos historiadores e historiadoras, mas sobre como viver historicamente após os “acontecimentos que pareceram acabar com o próprio mundo”<sup>29</sup> e a normalização da morte que se seguiu ao Holocausto e outros horrores.<sup>30</sup> A pergunta do filósofo francês, tomada emprestada de Nietzsche, é aqui bastante pertinente: até que ponto a vida, especialmente a vida lesada do pós-catástrofe, precisa da história – e, caso consideremos que ela a necessita, então de qual tipo de história estaríamos falando?<sup>31</sup>

<sup>23</sup> Ver GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007; HINTON, Elizabeth. *From the war on poverty to the war on crime: the making of mass incarceration in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2017, e FRIEDLANDER, Saul. *A Alemanha nazista e os judeus*. São Paulo: Perspectiva, v. 1 e 2, 2016.

<sup>24</sup> CESAIRE, Aimé. *Discourse on colonialism*. New York: Monthly Review Press, 2000, p. 43.

<sup>25</sup> Aqui, as críticas de Dominick LaCapra e Ernesto Laclau ao nihilismo político de Agamben, resultante de suas considerações ahistóricas sobre o “campo” como paradigma da modernidade, me parecem de suma importância. Ver LACLAU, Ernesto. *Bare life or social indeterminacy?* In: *The rhetorical foundations of society*, op. cit., e LACAPRA, Dominick. *Approaching limit events: sitting Agamben*. In: *History in transit: experience, identity, critical Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

<sup>26</sup> ADORNO, Theodor. *Minima moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008, p. 51 e 52.

<sup>27</sup> Para um resumo dessas discussões, ver LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

<sup>28</sup> Ver RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

<sup>29</sup> WILLIAMS, John, op. cit., p. 53.

<sup>30</sup> ADORNO, Theodor, op. cit., p. 52.

<sup>31</sup> Cf. RICOEUR, Paul, op. cit., p. 306.

<sup>32</sup> WHITE, Hayden. O fardo da história. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica cultural*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 60.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 63.

<sup>34</sup> Cf. PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge: Polity, 2011.

<sup>35</sup> Cf. WHITE, Hayden. The modernist event. In: *Figural realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999, p. 70.

Estas indagações foram feitas por White em um dos seus escritos mais famosos e instigantes, “O fardo da história”, publicado originalmente em 1966 e mais tarde replicado em sua coletânea *Trópicos do discurso* (1978). Nele, o historiador norte-americano convidava seus e suas colegas a enfrentarem o “caráter historicamente condicionado” de sua disciplina e a abandonar as certezas que, se serviram em uma dada conjuntura, que já não pareciam mais tão convincentes assim. Segundo ele, a rebelião moderna (ou “modernista”) contra o passado e sua a hostilidade em relação à história eram justificados parcialmente pela incapacidade desta última, em sua forma disciplinada, em preparar os indivíduos para a meia-noite do século e/ou em compreender, tirante sua simples verificação empírica, as razões da escuridão. Ainda que (então) não concordasse plenamente com esta insurgência, White, contudo, a via como o signo de um mal-estar cultural que, se não levado à sério pelos historiadores e historiadoras, solaparia as razões mesmas para a existência de sua profissão. Conseqüentemente, a saída, para ele, era uma reorientação disciplinar que fizesse com que os problemas existenciais surgidos ou ampliados com os horrores do século XX pudessem ser confrontados pela historiografia. Dito de outro modo, a história não deveria ser somente um repositório de coisas já mortas e dadas à contemplação passiva, mas sim servir ao mundo da vida e abrir-se aos problemas peculiares ao seu próprio tempo: “Se quisessem aproveitar as oportunidades assim oferecidas, os historiadores poderiam em tempo persuadir os seus colegas de outros campos de labor intelectual e expressivo de que é falsa asseveração de Nietzsche segundo a qual a história é “um luxo caro e supérfluo do entendimento”.<sup>32</sup>

Assim, concluía ele, a história poderia humanizar a experiência, educar os indivíduos para a transiência de todas as coisas e ensiná-los sobre a inevitabilidade da mudança, mesmo quando seus horizontes imaginativos permanecessem enuviados – se, contudo, permanecesse “sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna”.<sup>33</sup>

De acordo com Paul<sup>34</sup>, em sua importante análise do *corpus* intelectual whiteano, as preocupações de White foram moldadas justamente a partir daquilo que ele, na década de 1990, chamaria de “eventos modernistas”, isto é, os acontecimentos possibilitados pelo desenvolvimento de forças tecnológicas, sociais e econômicas impensáveis até o século XX – o Holocausto, a segunda guerra mundial e a bomba atômica, dentre outros – e cujos efeitos ainda são sentidos pelas sociedades contemporâneas. “Como traumas na psique de indivíduos neuróticos”, os eventos modernistas não podem, por um lado, ser facilmente consignados a um passado morto, aquele tradicionalmente favorecido pelos protocolos da historiografia disciplinada, e, por outro, resistem à dotação de sentidos mais ou menos claros, sendo, assim, objetos e alvos de escrutínios e embates públicos bastante intensos (a *Historikrestreit* alemã, por exemplo).<sup>35</sup>

Não é de se estranhar, de acordo com o historiador, que tais “eventos holocaustais” coloquem desafios imensos à atividade historiográfica convencional, na medida em que seus modos habituais de pesquisa e representação não seriam adequados para a compreensão do escopo destes acontecimentos. Por sua reificação do estudo do passado como um fim em si mesmo, a historiografia disciplinada não estaria preparada para lidar com os espectros de catástrofes pretéritas e presentes, muito menos em auxiliar os seres humanos a romper com seus legados, já que lhes fornecia imaginações muito limitadas não só sobre o passado, mas sobre a



atualidade e o porvir. Ao invés, portanto, de “fornecer perspectivas” que pudessem contribuir para a “solução dos problemas” específicos de um dado momento histórico, a disciplina funcionava como um “obstrucionismo insensato” em relação ao mundo - uma “necrofilia cultural”, no julgamento de White.<sup>36</sup> Parafrazeando Josefina Ludmer, se novas experiências históricas geram novas densidades temporais<sup>37</sup>, elas igualmente deveriam gerar, na visão de White, outras responsabilidades em relação ao que devemos fazer com o passado. Daí, portanto, sua crítica, bastante incisiva, a seus colegas disciplinados: para além de simplesmente produzir conhecimento sobre o passado, eles e elas deveriam também apontar sentidos e significados que pudessem, enfim, contribuir para uma resposta ética e humanamente responsável a estes acontecimentos. Trocando em miúdos, tão ou mais importante do que se perguntar “isto ocorreu?” ou “quais são os fatos?”, a historiografia deveria indagar-se “o que isto significa para nós que viemos depois disto tudo?”.

Para Herman Paul e Ewa Domanska, White nos oferece, assim, caminhos para se pensar uma “historiografia da libertação” comprometida com o incentivo à emancipação dos seres humanos das estruturas de dominação em que foram forçados a viver. Para o historiador, o passado deveria ser usado como um recurso para auxiliar-nos a escapar daquilo que herdamos contra nossa vontade – uma fonte de inspiração para que possamos exercitar a criatividade e a imaginação diante dos poderes que afirmam ter a “autoridade para dizer quem somos e o que devemos fazer”.<sup>38</sup> Se, como escreveu o intelectual, a relação entre o pretérito e a atualidade, entre os vivos e os mortos, é dialética, uma em que os primeiros visam conversar com os segundos e não somente estudá-los como objetos inertes, então ela deveria ser uma motivação para a reflexão ética sobre o que, enfim, queremos considerar como “histórico” e o nosso lugar nisso tudo.

Nos termos de White, isto significa, portanto, não reduzir a vida àquilo que os poderes dominantes exijam que ela seja; no caso do contexto contemporâneo, podemos pensar, por exemplo, nas já citadas exigências neoliberais para que sejamos somente corpos dispostos ao sacrifício constante ou nos continuados processos de subalternização que visam impor certos lugares permanentes a certas pessoas. Se é óbvio que nós somos resultados de passados que não escolhemos, cuja materialidade e facticidade continuam a definir nossas existências, isso não implica necessariamente que devamos aceitar que eles continuem a determinar nossas vidas ou aprisionar-nos em posições perenes e imutáveis – uma espécie de fatalismo que, em última instância, só ajudaria na reprodução das estruturas históricas de dominação e opressão ou na alimentação de um nihilismo político paralisante. É exatamente por causa disto que, para White, mais importante do que conhecer determinado acontecimento, evento ou processo passado é tentar estabelecer seu sentido para o presente, para que, enfim, possamos responder a velha indagação kantiana (ou leninista...) “o que fazer?” – o que fazer com pretéritos que fomos obrigados a herdar por circunstâncias que não escolhemos, justamente para que possamos conceber os futuros em que gostaríamos de viver. Sobre isso, nos diz ele:

*Insofar as I turn to “the past” at all for aid in deciding “what should I do?” here, now, in this present situation, it is a past which I (or the community with which I identify) believe to be the most relevant to my inquiries. It is this past [...], that requires a narrative which, in one way or another connects my present and that of*

<sup>36</sup> Cf. WHITE, Hayden. O fardo da história, *op. cit.*, p. 53.

<sup>37</sup> Cf. LUDMER, Josefina. *Aqui América Latina: uma especulação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

<sup>38</sup> WHITE, Hayden. Afterword. *In: The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 103.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 76.

<sup>40</sup> WHITE, Hayden. Preface. In: *Figural realism*, op. cit., p. viii.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. viii-ix.

<sup>42</sup> *Idem*.

<sup>43</sup> Cf. WHITE, Hayden. The culture of criticism. In: *The fiction of narrative*, op. cit., p. 99.

<sup>44</sup> WHITE, Hayden. Preface. In: *Figural realism*, op. cit., p. ix.

<sup>45</sup> Cf. RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 31.

*my community to an existential present in which judgment and decision about the question "what should I do" are called for.*<sup>39</sup>

As ponderações de White sobre o “passado prático” me parecem um bom ponto de partida para pensarmos sobre uma teoria da história que almeja refletir sobre as possibilidades e limites do conhecimento histórico nos tempos de exceção em que vivemos, principalmente porque não se resumem a ser indagações esotéricas à disciplina, isto é, não se contentam em analisar somente aquilo que os historiadores e historiadores fazem, pensam fazer ou dizem fazer (são coisas diferentes, sabemos). Não há nada de errado nisto, evidentemente: essa, afinal de contas, é a tradição teórica que tem movido os debates da e sobre a historiografia disciplinada desde a sua inepção e dos quais os embates em torno da filosofia analítica da história e seu *covering law model* ou da virada linguística são apenas dois dos exemplos mais conhecidos. No entanto, em um momento em que a disciplina tem enfrentado uma crise de legitimidade pública e em que outras formas de se representar o passado tem obtido grande circulação, a despeito de sua qualidade intrínseca, uma teoria da história voltada ao mundo da vida não deve, sob o risco de tornar-se irrelevante, focar-se exclusivamente nos afazeres da guilda, pois isso poderia simplesmente alimentar um provincianismo perigoso. Voltarei a este ponto em instantes.

Antes, contudo, de seguir, é igualmente importante lembrar que teorias da história, ou de quaisquer outras áreas das Humanidades, não são meros apêndices à empiria ou simples instrumentos de auxílio à pesquisa. Pelo contrário, é impossível pensarmos sem alguma teoria que nos ajude a ver e compreender o mundo, porque, no entendimento do próprio White, “theoretical thinking is the mode of thought that seeks to problematize the very relation between what can be seen [...] and what can be thought about what one has perceived from the vantage point of perception. [...] where there is no theory, there is no active thought; there is only impression”.<sup>40</sup>

Outrossim, qualquer teoria carrega consigo preocupações éticas, estéticas, políticas e cognitivas que não podem ser facilmente apartadas umas das outras. É uma ilusão tentar separar nossas apreensões políticas de nossas inquietações teóricas, ainda que o culto à objetividade estéril e reificadora, credo oficial das Ciências Humanas por um bom tempo, tenha assim o postulado. Neste sentido, é perfeitamente plausível considerar, como faz White<sup>41</sup>, que existem más e boas teorias, ou seja, aquelas que nos “conduzem ao pensamento moralmente responsável” e as que nos afastam dele, seja qual for a justificativa.<sup>42</sup> Boas teorias, e isto vale para aquelas que refletem sobre a história, são, enfim, as que tentam promover “bons fins” para os seres humanos, ou seja, que buscam, segundo o historiador, contribuir para a libertação dos indivíduos dos destinos lhes legado por forças sociais, históricas e genéticas além de seu controle.<sup>43</sup> Isto, então, envolve: “The questions of, first, what can, from a given theoretical perspective, count as a fact; second, what kind of facts conduces to the good of the community and not merely to the growth of its fund of information; and, third, what could the good of the community possibly consist of”.<sup>44</sup>

Por isso, me interessa aqui menos a teoria da história “enquanto ciência”, no entendimento, por exemplo, de Jörn Rüsen, que tenta comprovar e legitimar o status supostamente “científico” da história (uma discussão de todo modo bastante tediosa)<sup>45</sup>, e mais seu papel de uma meditação sobre como os seres humanos se relacionam com o passado, o presente e

o futuro; os formatos contraditórios e polissêmicos que essas relações tomam; o papel da historiografia disciplinada neste processo; e, finalmente, as condições e possibilidades que o conhecimento dito “histórico” pode ter em diferentes contextos socioculturais e temporais, com todas as suas implicações políticas e não somente “científicas”. Finalmente, a teoria da história também não pode fugir ao engajamento político e ético com os problemas de seu tempo, para além daqueles estritos à disciplina, e em à conversão, por consequência, em uma teoria sobre em que, para usarmos uma das expressões citadas acima, consiste (ou pode consistir) o bem da comunidade em que historiadores e historiadoras, enquanto cidadãos e cidadãs, estão inseridos.

Por causa disto, “teoria”, no sentido exposto acima, não pode ter outra postura que não a de uma indisciplina permanente, ou seja, a recusa constante em permanecer dentro dos limites prévia e arbitrariamente definidos como sendo os “legítimos” para as suas meditações. Ao contrário do que pensa Rüsen talvez o teórico da história mais importante ainda vivo, não acredito que a reificação do modelo disciplinar atual, supostamente capaz de prover as “orientações culturais” para a vida prática, seja algo politicamente eficaz na atual conjuntura, até porque, como já foi dito, a historiografia disciplinada vem dando sinais de esgotamento há algum tempo.<sup>46</sup> Da mesma maneira, também não creio, como faz o historiador alemão, que a teoria da história deva simplesmente se interrogar sobre a formatação e a legitimação da “história enquanto ciência”, na medida em que isso pode menosprezar e interditar outras maneiras de se pensar a “história” que não passem pela obsessão em transformá-la ou afirmá-la enquanto “ciência”, algo realizado pelo próprio Rüsen em seu menoscabo pelo “pós-colonialismo”, por exemplo.<sup>47</sup> Frente a isto, penso que a teoria da história deva menos se preocupar em ser uma “área” disciplinarmente bem definida, embora isso seja importante dentro das condições disciplinares e profissionais atualmente existentes, do que em ser um pensamento aberto e permanentemente crítico e autocrítico, isto é, um que não tenha medo de ir contra si mesmo e suas alianças disciplinares quando necessário. Mais vale uma teoria da história indisciplina que não tenha medo, dentre outras coisas das tentações, excessos e seduções oferecidos pelo mundo da vida do que uma que se contente em analisar e avalizar somente aquilo que historiadores e historiadoras dizem e pensam que fazem. Como já escrevi em um outro momento,<sup>48</sup> isso talvez gere conforto para nossos egos, mas não me parece um caminho para que possamos (tentar) responder às demandas apresentadas por nossos tempos. Apontemos, à título de sugestão e não-dogmaticamente, alguns possíveis caminhos, alguns dos quais já vem sendo trilhados<sup>49</sup>, para a teoria da história em dias de exceção.

Uma teoria da história politicamente informada (crítica, portanto) poderia intervir, por exemplo, nas “tramas de relatos” que, na apta colocação de Ricardo Piglia<sup>50</sup>, compõem a paisagem contemporânea, não, contudo, para reforçar aqueles dos “funcionários do senso comum”<sup>51</sup>, mas para colaborar com seu desmonte. Isto implica no reconhecimento de que, no panorama do capitalismo tardio, não há como escapar às múltiplas narrativas que, de um modo ou de outro, ajudam a conformar aquilo que pensamos ser “real”. Dessa maneira, o alerta do escritor argentino é bastante pertinente: se, de um lado, temos os relatos que conformam o mundo às novas razões neoliberais e neoconservadoras e que contribuem, exatamente por isso, com a continuidade de processos seculares de



<sup>46</sup> *Idem.*

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, p. 26-28.

<sup>48</sup> Ver AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, n. 18, jul.-dez. 2018.

<sup>49</sup> Antes de referenciar obras específicas, gostaria de nomear alguns e algumas colegas que estão já fazendo esse trabalho, como, por exemplo, Fernando Nicolazzi, Temístocles Cezar, Valdeci Araújo, Rodrigo Turin, Caroline Bauer, Maria da Glória de Oliveira, Alexandre Avelar, Lidiane Rodrigues, Gabriela Theophilo, Tiago Nicodemo, Francisco Souza e Benito Schmidt, dentre outros e outras.

<sup>50</sup> Ver PIGLIA, Ricardo. *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Debolsillo, 2014.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, p. 90.

<sup>52</sup> Cf. TRAVERSO, Enzo. *Left-wing melancholia: marxism, history, memory*. New York: Columbia University Press, 2017.

<sup>53</sup> WHITE, Hayden. Getting out of history. Jameson's redemption of narrative. In: *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 167.

<sup>54</sup> Cf. OSBORNE, Peter. *The politics of time: modernity and avant-garde*. London: Verso, 1995.

exclusão e dominação, dando-lhes a aparência de um “sentido comum” ou de “naturalidade”, uma intervenção crítica pode operar a contrapelo e demonstrar como determinadas linguagens e enredamentos da realidade e da história, inclusive algumas daquelas empregadas pela própria historiografia disciplinada, estão comprometidas com a desumanização contínua de largos segmentos da população ou na naturalização de uma ordem de coisas que é tudo menos natural – instrumentos de exceção também. Em outros termos: quais são as narrativas que sustentam e dão legitimidade ao atual estado de coisas? Quais são as histórias que legitimam a transformação de indivíduos naqueles não semelhantes a quem são impostas as necropolíticas contemporâneas? Qual é o “lado noturno” que estas narrativas ocultam ou negam? Quais palavras circulam na arena pública e quais comandos pressupõem ou instigam? Que tipos de sujeitos são por elas constituídos? Quais vidas são representadas como passíveis de luto e quais não o são? Como constroem ou criticam as “sociedades de inimidade” hodiernas? Estas são apenas algumas das indagações que uma teoria da história crítica pode ajudar a desconstituir (ou realmente desconstruir, no sentido derridiano da palavra).

As palavras importam, para lembrarmos das considerações de Jacques Rancière. Realçá-las ou suprimi-las, negá-las ou santificá-las: todos estes processos têm efeitos tangíveis. Pensemos, dentre outras possibilidades, na já citada consolidação da “democracia” em uma das palavras sagradas de nosso tempo, a despeito do esvaziamento, segundo o mesmo Rancière, de seus sentidos mais radicais pelos grupos políticos e econômicos dominantes ou na simetrização, na análise de Traverso, entre “utopia” e “totalitarismo” efetuada, com sucesso, pelo neoliberalismo contemporâneo e sua política do “possível”.<sup>52</sup> Palavras e histórias, portanto, remetem a poderes em disputa: “the crucial problem from the perspective of political struggle is not who se story is the best or truest but who has the power to make his story stick as the one that others will choose to live by or in”.<sup>53</sup> Se grandes narrativas podem ser impostas pela força das armas, a força das armas também necessita de grandes narrativas para ser legitimada: essa é uma das lições que uma teoria da história crítica não pode esquecer.

De maneira similar, nossas políticas de tempo também podem (e devem!) ser objeto de escrutínio, na medida em que ajudam a organizar nossas “imaginações públicas” mais amplas, como já o vem fazendo uma série de autores e autoras. Aqui, o tempo deixa de ser o palco da experiência, por onde mulheres e homens simplesmente passam ao longo de suas vidas, para ser ele próprio pensado e elaborado como experiência social, cultural e política. Modos diferentes de organização temporal tem, no entendimento notório de Peter Osborne<sup>54</sup>, consequências igualmente divergentes; mesmo a modernidade, usualmente pensada enquanto um modelo único de ordenamento do tempo, foi repleta de temporalizações antagônicas e contraditórias, não obstante a hegemonia de uma concepção “vazia e homogênea” do tempo. Cabe, então, investigarmos as formas contemporâneas de organização temporal de maneira mais incisiva: quais passados dão sentido a quais presentes e permitem quais futuros? Quem afirma que este ou aquele acontecimento é pretérito ou atual? De que modo se desenham as linhas de separação entre o ontem e o hoje nas nossas narrativas públicas? Quais são os tempos privilegiados pelas razões neoliberais e neoconservadoras, assim como pelas alternativas a elas? O que é explicitado ou ocultado por determinadas nomeações do tempo (“mo-

deriedade”, “pós-modernidade”, “fim da história”, etc.) e, obviamente, quais são os efeitos políticos delas? Quais são as diferentes temporalidades sociais existentes em um mesmo espaço? Como determinadas instituições (escolas, corporações multinacionais, as bolsas de valores, o Estado, etc.) conformam certas temporalidades? E, para terminar essa breve enumeração, como a historiografia disciplinada contribui, se é que contribui, para estas mesmas experiências, organizações e nomeações?

De um simples “instrumento de classificação”<sup>55</sup>, geralmente utilizado inconsequentemente, passa-se a uma noção performativa do tempo histórico, ou seja, para as maneiras como atores sociais específicos manipulam, ordenam, organizam, flexionam, apagam, definem e usam as linhas temporais. Em outras palavras, somos participantes ativos e ativas na construção de determinadas noções de tempo histórico, historiadores e historiadores inclusos, e não somente observadores passivos de sua passagem. Nomear determinada situação, evento ou processo como pretérito, por exemplo, significa intervir diretamente na sua representação e compreensão; afirmar que, por exemplo, a “escravidão não acabou” ou que o “colonialismo é coisa do passado” é dar a estes acontecimentos um lugar específico na nossa imaginação pública e nas respostas que fornecemos aos problemas de nossos presentes. Igualmente, o uso indiscriminado de termos como “atrasado” e “avançado”, como se naturais fossem, também possui consequências sociais e materiais nada desprezíveis – basta olharmos para as justificativas dadas para o contínuo assassinato e despossessão de povos originários das Américas, da Argentina ao Canadá, em que o movimento do “tempo histórico” é significado como o alibi para o morticínio. Como se isso não bastasse, podemos, ainda, mencionar as recentes nostalgias sobre o imperialismo e os regimes coloniais e seu suposto papel na modernização das sociedades submetidas aos seus tacões.<sup>56</sup>

Uma atenção às políticas do tempo, no que tange especificamente à historiografia disciplinada, pode servir, então, para a desnaturalização e o desarmamento de certas noções dominantes de tempo hegemônicas na própria disciplina e que, talvez de forma inconsciente, acabam se coadunando, mesmo que tangencialmente, àquelas razões do mundo acima mencionadas. A principal talvez seja aquela que insiste no “distanciamento” natural do pretérito em relação ao presente ou em suas “diferenças” intrínsecas, simbolizada no velho lugar-comum disciplinar sobre o “passado ser um país estrangeiro”, e costumeiramente defendido por vários autores e autoras.<sup>57</sup> Ainda que ela já esteja sendo questionada teórica e politicamente por diversos historiadores e historiadoras, especialmente aqueles e aquelas vinculados a áreas heterodoxas de estudos, é inegável que ela continua sendo um dos pilares estruturantes da disciplina histórica contemporânea.<sup>58</sup> Dentre outras coisas, as constantes admoestações contra o “anacronismo” e, segundo Rancière, a insistência de que “as coisas se conformem as seus tempos” que, em seu âmago, revela uma “temporalidade cuja perempção declarada por toda a parte” ao mesmo tempo em que uma “fé na prioridade do real sobre o possível” é estabelecida como a base da política do tempo disciplinar.<sup>59</sup> Com isso, escreve o filósofo francês, “ela chega a identificar o tempo com o sistema das condições dessa possibilidade, identificação que resumirei numa fórmula: só existe o possível segundo o tempo”.<sup>60</sup> Desta maneira, Rancière, em uma operação similar àquelas realizadas por White, opõe o que ele chama de “fé histórica”, que envolvia a crença em uma história-advento que pudesse romper ou parar determinada tempo-

<sup>55</sup> CERTEAU, Michel de. *History: science and fiction. In: Heterologies: discourses on the other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987, p. 216.

<sup>56</sup> Cito aqui, a título de exemplo, a polêmica em torno do artigo “A case for colonialism”, de Bruce Giley, publicado na prestigiosa *Third World Quarterly*, em que o professor não só defendia o colonialismo histórico como advogava por sua reedição no contexto atual como a única forma de “civilizar” as populações (presumivelmente “bárbaras”) da África, em especial. O texto, que recebeu uma saraivada de merecidas críticas, foi mais tarde retirado do ar, mas ainda pode ser encontrado em cantos obscuros da internet. Em respeito às minhas leitoras e leitores, supondo que existam, não vou referenciar o trabalho de Giley – que, em última instância, é o equivalente para o colonialismo do que o negacionismo é para o Holocausto. Sobre formas “progressistas” de nostalgia colonial, ver GRÜNER, Eduardo. *De las ventajas del colonialismo a las virtudes del imperio. In: El fin de las pequeñas historias: de los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

<sup>57</sup> Ver GRÜNER, Eduardo. *De las ventajas del colonialismo a las virtudes del imperio, op. cit.*

<sup>58</sup> Ver, por exemplo, CHAKRA-BARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000 e BROWNE, Victoria. *Feminism, time, and nonlinear history*. London: Palgrave Macmillan, 2014.

<sup>59</sup> Cf. RANCIÈRE, Jacques. Os enunciados do fim e do nada. *In: Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 287

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*, p. 288.

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, p. 294.

<sup>62</sup> WHITE, Hayden. *Gulity of history? The *longue dureé* of Paul Ricouer. In: *The fiction of narrative, op. cit.*, p. 152.*

ralidade para que, enfim, se consumasse a emancipação dos indivíduos, à “fé historiadora”, para quem “só existe o possível autorizado pelo século”. Curiosamente, essa “fé historiadora” é resultante justamente daquilo que alguns saudaram como a grande revolução historiográfica do século XX, isto é, a dissolução do evento (a mera “superfície” da história) ou seu permanente enquadramento em séries ou padrões domesticadores. Cito Ranciere uma vez mais: “o que ele demonstra, no fundo, é a impossibilidade de que jamais comece o tempo que tornaria possível o tempo da ruptura com o tempo da impossibilidade. [...] O tempo desta possibilidade deveria sempre já ter começado”.<sup>61</sup> Sob tal lógica, vivemos sempre em tempos reconciliados consigo mesmos e impossíveis de serem estilizados.

Ora, essa formulação tem por consequência o estímulo ao “quietismo mudo” que, segundo White, seria um dos efeitos da historiografia disciplinada na imaginação, já que ela nos ensinaria, não obstante algumas de suas declarações formais, a naturalizar um dado presente como decorrência única de certo passado – o resultado “possível”, portanto. Em larga medida, isso decorre da ausência de problematização do presente que é característica da historiografia convencional, que, dentre outros procedimentos, costuma singularizá-lo e, com isso, homogeneizá-lo, indiferente não só as diversas temporalidades que costumam atravessá-lo, mas também a seu papel performativo, acima mencionado, na produção deste mesmo presente:

*Proper historians simply presume or presuppose the “present” as the relatively stable platform from which to launch their investigations of an equal lystable (because it is over and donewith, a dead and fixed) past, This present is treated as if it were not only stable but also epistemically neutral or at least could be neutralized in such a way as to be in consequential as a distorting factor in the historian’s perceptual apparatus.*<sup>62</sup>

Trabalhando nestes termos, e voltando a Mbembe, o fundamental seria tornar o presente estranho a si mesmo, em um movimento capaz de distanciar a atualidade dela própria e, com isso, desnaturalizá-la e historicizá-la criticamente, perguntando-nos sobre em quais presentes vivemos, como eles são construídos e figurados e as maneiras pelas quais nos são apresentados como “naturais” e “dados”. Com isso, penso, talvez seja possível neutralizar a “fé historiadora” em prol de uma reativação, mesmo que tênue diante das condições que nos são dadas, da “fé histórica” que desconjunta o tempo para, quem sabe, permitir a libertação dos seres humanos das histórias lhes impostas como “inevitáveis” e da “política do possível” que nos congela em um presente tirânico.

### **Um momento de clareza**

Não sei se, chegando no fim deste ensaio, respondi às indagações colocadas em suas páginas iniciais. Talvez elas nem consigam ser de fato respondidas satisfatoriamente, tamanho é o abismo sem fundo, para lembrar de uma das epígrafes do texto, que parece ter se aberto diante de nós. Talvez pensar e refletir sobre teoria da história nas atuais condições seja, enfim, um esforço colossal, por um lado, ou menos urgente, por outro, diante das vitórias, aparentemente hoje incessantes, dos mesmos inimigos sobre os quais Benjamin já nos alertara há sete décadas. Diante dos pesadelos enumerados aqui, não podemos facilmente ceder à tentação

do otimismo desmesurado ou ao fingimento de que tudo está em plena normalidade (o terror, sabemos, costuma se esconder sob a fina camada de gelo do “normal”) – o mundo da vida é, hoje, muito próximo, quando não sinônimo, da enorme alienação e do esvaziamento existencial levado a cabo pelo neoliberalismo, em toda a sua variedade, pelo lado noturno destas nossas democracias cada vez mais sem *demos* e pela permanência do reino da necessidade como sendo a realidade imediata da maior parte dos habitantes do globo. Frente a isso tudo, talvez a teoria da história, mesmo quando repolitizada e transformada em um instrumento crítico contra nosso presente, realmente não possa fazer muita coisa.

Ainda assim, e lembrando outra das nossas citações iniciais, é preciso reafirmar que o poder não tolera a vacuidade – e o que nos recusamos a fazer, interpretar e pensar, enquanto intelectuais e docentes, outros e outras farão, talvez para nosso próprio desgosto, quando não horror. Desta maneira, e lembrando aquilo que o principal inspirador destas reflexões um dia escreveu, o quietismo, o niilismo *blasé* e o pessimismo desorganizado não bastam; ainda que o gesto nos pareça exíguo, ou mesmo insignificante, pensar sobre teoria da história, nesse contexto, talvez signifique uma pequena, mas preciosa, contribuição à “salvação da espécie humana que é nosso dever servir” enquanto pensadores e pensadoras – para, quem sabe, podermos finalmente nos juntar aos esforços desta mesma humanidade em “alcançar as condições de liberdade tanto da necessidade natural quanto da divisão social”.<sup>63</sup> A escolha é nossa.

*Artigo recebido e aprovado em dezembro de 2018.*

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, p. 152 e p. 292.